

Rua Humaitá, 69 – Quevedos- RS Fone 0800-090-1083

Portaria Municipal nº 34 de 21 de junho de 2025

DETERMINA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA ANTE A INFORMAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAL ENVOLVENDO MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS POR MÁQUINA DO MUNICÍPIO PRESTANDO SERVICOS IMÓVEL EM DE TERCEIRO. **CAUSANDO** POSSÍVEIS DANOS A TERCEIRO, QUE DEVE SER **OBJETO** DE **AFERICAO** DE **POSSÍVEIS** IRREGULARIDADES. DÁ PROVIDÊNCIAS.

Tais Fabiane da Maia Flores da Rosa, Prefeita Municipal de Quevedos, RS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 60, II, "c" e f" e com fundamento na Lei Municipal de nº 541 de 19.10.2007 que Dispõe sobre Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, em especial nos Arts. 153, XV; 156 a 159, 178, 179, Lei Municipal Nº 540, DE 19/10/2007 com as alterações da Lei Municipal nº 722, de 03/06/2013 e Decreto Municipal Nº 1.103 de 13 de janeiro de 2025, faz saber que:

Considerando a citação do Município para responder ante ação de reparação de dano material e moral interposta por Scheila Coelho Silva, Brasileira, CPF nº 829.005.820-91, residente e domiciliada em Quevedos, à rua bento Gonçalves nº 30, cujos fatos envolvem possíveis danos em sua propriedade residencial, os quais, teriam sido causados após intervenção em 07/05/5025 no imóvel lindeiro no qual o Sr. Sergio Braz de Souza, CPF nº 960.100.530-72, brasileiro, residente na Rua Humaitá 29 em Quevedos, haveria requerido intervenções no imóvel vizinho ao da autora e que para tanto fizera uso de serviços de máquinas do Município que escavou e depositou a terra contra a parede da casa da autora, e, com superveniência de chuvas sobreveio danos que relata, materiais no imóvel e em móveis além de abalo que pretende ter indenização por danos morais no valor de R\$ 4.000,(quatro mil reais), e materiais de R\$ 3.660,40 (três mil e seiscentos e quarenta) além de R\$ 1.309 (hum mil e trezentos e nove reais



Rua Humaitá, 69 – Quevedos- RS Fone 0800-090-1083

necessários ao dispêndio de materiais e mão de obra para realizar reparos na

residência);

Considerando o ingresso judicial de demanda em desfavor do Município de Quevedos em conjunto no polo passivo com o Sr. Sérgio Braz de Souza impõe-se a sindicância com a finalidade de aferir os fatos, e caso confirmados, apurar a autoria e mensurar as responsabilidades ante possíveis ônus, e, para tanto,

DETERMINA:

Art. 1º A Instauração de Sindicância Investigatória, com rito previsto na Lei Municipal nº 541 de 19.10.2007, para que sejam apurada as circunstâncias dos fatos noticiados supra bem e no Parecer PGM nº como na peça inicial em anexo, que integra a presente Portaria para todos os fins, com a finalidade de delinear os fatos noticiados, levantamento de veracidade das irregularidades relatadas, definição de autoria bem como, caso confirmados fatos e responsabilidade de agente municipal, definir o quantum devido em sede de ação ou omissão capaz de ensejar os danos alegados.

Art. 2º Deverá ser procedida à oitiva da autora, lindeiro do imóvel demais pessoas e servidores com a finalidade de apurar o ocorrido, por ação ou omissão, e ainda possível conduta de agente público, prevista no RJU a seguir transcritos:

Art. 152. São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

III - observância das normas legais e regulamentares;

IV - cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

. . .

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

XIV - observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas, bem como o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem fornecidos;

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre o superior hierárquico que, recebendo denúncia ou representação a respeito de irregularidades no serviço ou falta cometida por servidor, seu subordinado, deixar de tomar as providências necessárias à sua apuração.

Art. 153. É proibido ao servidor qualquer ação ou omissão capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

XV - proceder de forma desidiosa no desempenho das funções;



Rua Humaitá, 69 – Quevedos- RS Fone 0800-090-1083

Art. 156. O servidor municipal é solidariamente responsável, com a fazenda municipal, por prejuízos decorrentes de negligências ou abuso no Exercício de suas funções.

Parágrafo único. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelos atos praticados enquanto no exercício do cargo.

- Art. 157. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resultar em prejuízo ao Erário Municipal ou a terceiros.
- § 2º Em se tratando de danos causados a terceiros responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação regressiva, sem prejuízo de outras medidas administrativas e judiciais.
- § 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- Art. 158. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nesta qualidade.
- Art. 159. A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo praticado por servidor no desempenho de seu cargo ou sua função."
- Art. 3º Determina que a Comissão neste ato designada realize as devidas apurações e entregue relatório conclusivo para a Prefeita Municipal até 31/07/2025, contendo apuração das situações noticiadas e, caso se confirme, informem as das diligências necessárias, possível autoria, verificação de eventuais descumprimento de deveres e valores a serem ressarcidos, em tese, caso se confirme danos para que se promovam ato subsequentes.

Parágrafo único: Os trabalhos da comissão devem ter início com o recebimento desta Portaria.

- Art. 4º Designa os servidores: Jones Nogueira Bueno, agente administrativo, matrícula nº 1362, . Camila Encarnação Minuzzi, veterinária, matrícula nº 1151; .Luiz Fernandes Menezes Neto, agente administrativo, matrícula nº 1016, para, sob presidência do primeiro, realizarem diligências, estando dispensadas por um turno diário semanal para os trabalhos quando houver reunião e ratifica que deverão diligenciar com eficiência para observar o prazo assinalado para remessa de relatório conclusivo a Prefeita Municipal.
- §1º Fica designado suplente à servidora Cleris Maria do Carmo Flores, agente administrativo, matrícula 1266, em caso de impedimento legal comprovado de membro da comissão.
- **§2º** O prazo de conclusão tem inicio com a colhida da ciência pessoal dos integrantes da Comissão e entrega desta Portaria.



Rua Humaitá, 69 – Quevedos- RS Fone 0800-090-1083

§3º Os servidores da Comissão, caso não consigam atender a conclusão dos trabalhos no prazo assinalado, antes de findo este, modo justificado, devem providenciar requerimento de prorrogação.

Art. 5º Cientifiquem-se os designados, pela Chefia de Gabinete, com a entrega da Portaria inaugural.

Art. 6º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Quevedos, aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

PUBLICADO NO ATRIO DA P.M.

DE OUTVEDOS NA DATA DE

Tais Fabiane da Maia Flores Rosa

Prefeita Municipal

Publique-se.

Regeane Terezinha Simon Lampert

Procuradora Municipal